



BRASILPREV

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
CNPJ nº 27.665.207/0001-31

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a Administração da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Brasilprev" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, Parecer dos Auditores Atuariais Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria.

Cenário Econômico e o Mercado de Previdência

A despeito dos acordos comerciais bilaterais firmados entre EUA e outros países ao longo de 2025, o patamar de incerteza na economia global mantém-se bastante elevado, refletindo preocupações com o protecionismo comercial, tensões geopolíticas e mudanças climáticas, dentre outros eventos que têm impactado os mercados internacionais. No âmbito da política monetária, vários bancos centrais têm sinalizado que estão próximos do encerramento do ciclo de queda das taxas de juros, em especial o *Federal Reserve*, ainda que pese uma certa preocupação com a sucessão do atual presidente da instituição, Jerome Powell. A autoridade monetária japonesa, por outro lado, deverá continuar em processo de aperto monetário, o que poderá gerar impactos relevantes nos mercados cambiais globais.

No Brasil, a atividade econômica encerrou 2025 em ritmo de desaceleração, refletindo principalmente os impactos defasados da política monetária doméstica. Contudo, o mercado de trabalho mantém-se aquecido, o que é favorável do ponto de vista social, mas gera riscos relevantes para a inflação, sobretudo a de serviços. Após três anos de expansão econômica média acima de 3,0%, um crescimento do PIB mais próximo do que se estima como potencial é saudável para reduzir as pressões inflacionárias. Assim, espera-se um ciclo de queda da taxa Selic nos próximos meses, ainda que em ritmo gradual e moderado, o que tende a favorecer alocações com maior diversificação de risco.

Para que esse ciclo esperado de queda de juros se materialize e seja ampliado em relação às expectativas, é fundamental que o país continue perseguindo políticas macroeconômicas críveis e sustentáveis, bem como aprofunde a agenda de reformas econômicas dos últimos anos. Essa agenda será fundamental para que o Brasil continue atraindo investimentos internacionais, diferenciando-se de outros países em um momento de maior preocupação internacional com o tema fiscal, inclusive nos países desenvolvidos. Isso contribuirá, de maneira efetiva, para que tenhamos juros estruturalmente mais baixos na economia.

De acordo com os dados do relatório da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprev), em dezembro de 2025, a indústria de previdência aberta encerrou o período com uma queda de 19,9% na arrecadação total, atingindo R\$157,1 bilhões em comparação aos R\$196,1 bilhões do mesmo período de 2024. A modalidade Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) arrecadou R\$138,8 bilhões, uma redução de 22,0% em relação aos R\$177,9 bilhões do ano anterior, enquanto o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) registrou R\$15,5 bilhões, um crescimento de 1,4% em comparação aos R\$15,3 bilhões de 2024. Os planos Tradicionais somaram R\$2,8 bilhões, uma diminuição de 4,9% em relação aos R\$2,9 bilhões arrecadados no mesmo período do ano anterior.

Apesar dessas quedas, as reservas da indústria cresceram 12,9%, atingindo R\$1.758 bilhões em dezembro de 2025, comparado aos R\$1.557 bilhões do mesmo período de 2024.

* Percentuais calculados com base nos números em Reais.

A Brasilprev

"Transformar o jeito como o brasileiro prepara o seu futuro, promovendo o desenvolvimento sustentável". É inspirado por esse propósito que a Brasilprev, líder e especialista em previdência privada, completou 32 anos de atuação.

Com sede em São Paulo, conta com a BB Seguros Participações S.A., subsidiária integral da BB Seguridade Participações S.A., que é braço de seguros, capitalização e previdência privada do Banco do Brasil ("BB"), e a PFG do Brasil Ltda., que compõe o Principal Financial Group, uma das principais instituições financeiras dos Estados Unidos, como acionistas. Por ter essa estrutura organizacional, conta com a força das agências e canais digitais do BB como os principais meios de distribuição dos produtos.

Líder em ativos sob gestão, oferece planos de previdência privada para pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Atualmente atende a mais de 2,5 milhões de clientes, sendo 11,1% na carteira de planos empresariais e 88,9% em planos individuais, desses 27,3% pertencem ao segmento de crianças e adolescentes (únior).

Para obter resultados sustentáveis, a Brasilprev coloca o cliente no centro de suas decisões e ações estratégicas, fomentando uma cultura de inovação com o objetivo de proporcionar a melhor experiência para o cliente e para seus parceiros na distribuição de produtos de previdência, mantendo o protagonismo no setor e com evoluções constantes em eficiência operacional.

Considerando o momento do mercado de previdência, o *Open Insurance*, *Open Finance* e mudanças regulamentares no que se refere a tributação e produtos, a Brasilprev dedica-se a evoluir nas jornadas digitais, modernizar suas soluções e serviços oferecidos e implementar medidas para prevenção de fraudes e ataques cibernéticos. Desse modo disponibilizamos aos nossos clientes diversos produtos e serviços aderentes aos diferentes perfis e objetivos dos nossos clientes.

A Brasilprev se destaca por seu compromisso com investimentos responsáveis e sustentáveis. Como signatária de diversos acordos voluntários, a Companhia amplia sua visão sobre os impactos ambientais, sociais e de governança (ASG) em suas decisões de investimento. Entre as iniciativas estabelecidas estão:

- ✓ Princípios para o Investimento Responsável (PRI);
- ✓ Declaração sobre Títulos Verdes;
- ✓ Iniciativa Brasil de Finanças Verdes (IBFV);
- ✓ Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU); e
- ✓ Carbon Disclosure Program (CDP)

Além de sua atuação no mercado financeiro, a Brasilprev também busca contribuir para a transformação social. Desde 2009, mantém parceria com o programa Empresa Amiga da Criança, da Fundação Abrinq, que mobiliza empresas a assumirem compromissos em prol da infância e adolescência, promovendo ações sociais voltadas tanto ao público interno quanto à comunidade. Anualmente, por meio de leis de incentivo fiscal e investimentos diretos, a Brasilprev apoia projetos que impulsionam trajetórias profissionais e promovem o bem-estar e a longevidade de pessoas em situação de vulnerabilidade.

A Companhia reforça seu compromisso com a sustentabilidade por meio do estabelecimento de metas claras em áreas como:

- ✓ Gestão de Investimentos ASG;
- ✓ Relacionamento e Satisfação dos Clientes;
- ✓ Diversidade, Equidade e Inclusão;
- ✓ Integridade, Ética e Transparência; e
- ✓ Gestão Ambiental e Responsabilidade Social

Esses compromissos, divulgados em 2022 e revisados anualmente, têm metas definidas até 2026, evidenciando a dedicação da Brasilprev em fortalecer sua agenda ASG de forma integrada e consistente.

Diretriz de Reinvestimento de Lucros e diretriz de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pelo Conselho de Administração e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado à reserva estatutária, futuro aumento de capital ou outra destinação. Ainda, conforme prevê o Estatuto Social da Companhia, as diretrizes, fixação do prazo de pagamento, bem como o efetivo pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio são de competência da Assembleia Geral dos Acionistas que poderá delegar tais aprovações para o Conselho de Administração.

Diretriz de equidade

A Brasilprev, em conformidade com a Lei nº 14.611, que assegura a igualdade salarial e critérios remuneratórios entre mulheres e homens, reafirma seu compromisso com práticas justas e inclusivas por meio da publicação de relatórios transparentes. Entre as principais ações adotadas estão: transparência salarial, garantindo clareza nas faixas de remuneração; fiscalização de práticas discriminatórias, assegurando um ambiente ético; criação de canais para denúncias, promovendo segurança e acolhimento; implementação de programas de diversidade e inclusão, fortalecendo a equidade; e incentivo à capacitação de mulheres, ampliando oportunidades de desenvolvimento e liderança.

Em 2025, a Brasilprev encerrou o ano com 715 colaboradores, sendo 352 mulheres (49%) e 363 homens (51%), representando um avanço em relação a 2024, quando a participação feminina era de 48%. Atualmente, existem 97 líderes, dos quais 41 são mulheres (42%), incluindo 8 mulheres em posições estratégicas (Diretorias e Superintendências), a Companhia tem como meta ampliar a presença feminina na liderança para atingir 45% até 2026.

No exercício de 2025, ocorreram 85 contratações, sendo 43 mulheres (51%) e 42 homens (49%), demonstrando equilíbrio em relação a 2024.

Não fazemos distinções de remuneração com base em gênero. Nossa política de cargos e salários é estruturada a partir de critérios objetivos relacionados ao peso, à complexidade, às responsabilidades e às competências exigidas para cada função.

A definição da remuneração fixa e variável considera pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo setor e porte, com o objetivo de assegurar competitividade externa, coerência e alinhamento com a estratégia e a sustentabilidade da Companhia.

Os compromissos ASG e o último relatório de transparência salarial estão disponíveis no site da Brasilprev, acessível ao público geral, reforçando nosso compromisso com a transparência e a equidade.

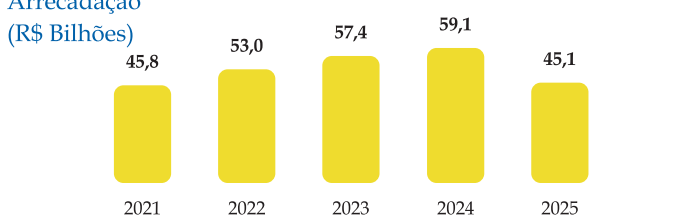
Desempenho da Companhia

Abaixo alguns indicadores que comprovam o bom desempenho da Companhia no acumulado até dezembro de 2025, em comparação com o mesmo período de 2024:

✓ **Arrecadação:** a arrecadação dos planos de previdência atingiu a marca de R\$45,1 bilhões, mantendo a Companhia em primeiro lugar entre as seguradoras no ranking de arrecadação total, ainda que represente uma redução de 23,8% frente ao mesmo período de 2024.

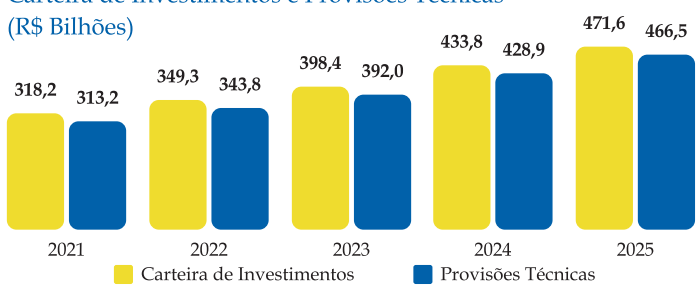
Vale mencionar que, em 22 de maio de 2025, o Governo Federal publicou o Decreto nº 12.466/2025 com a inclusão da incidência de imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em planos VGBL, com vigência a partir de 23 de maio de 2025, onde aportes mensais que somassem valor superior a R\$50 mil (por CPF), independente da seguradora, estariam sujeitos a uma alíquota de 5% sobre o total de aportes realizados no mês. Em 11 de junho de 2025, foi publicado um novo Decreto (12.499/2025), alterando as regras de incidência sobre os planos VGBL, passando para um limite de R\$300 mil por titular em uma mesma seguradora, em contribuições realizadas no período de 11 de junho a 31 de dezembro de 2025, com incidência apenas sobre o valor que ultrapassar o limite estabelecido. A legislação para o IOF, vigente em 2026, prevê 5% sobre o valor do aporte que exceder R\$600 mil em aportes anuais por CPF, somando aportes em todas as instituições.

Arrecadação



- ✓ **Carteira de investimentos:** a carteira total de investimentos apresentou crescimento de 8,7% quando comparado com o final do exercício anterior, totalizando R\$471,6 bilhões;
- ✓ **Saldo de provisões técnicas:** o saldo das provisões técnicas total evoluiu 8,8% em relação ao final do exercício anterior, totalizando R\$466,5 bilhões;

Carteira de Investimentos e Provisões Técnicas



✓ **Resultado antes de impostos e participações:** o resultado antes dos impostos e participações acumulado até dezembro de 2025 totalizou R\$3,2 bilhões, representando um aumento de 29,9% em relação ao mesmo período de 2024 (R\$2,4 bilhões).

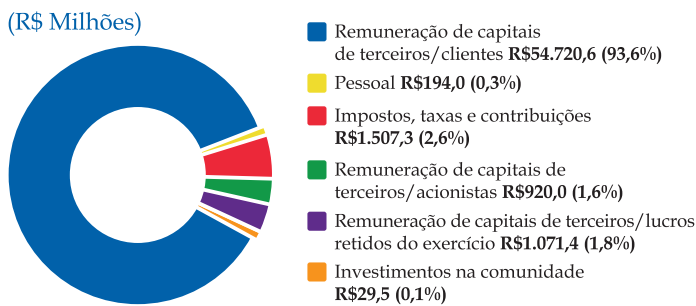
A variação positiva decorre, além do crescimento das receitas, da redução do impacto da Provisão Complementar de Cobertura (PCC), relacionada à Circular SUSEP nº 678/2022. Em 2025, a PCC gerou impacto negativo de R\$88,9 milhões no resultado, inferior ao impacto negativo de R\$338,0 milhões registrado em 2024, o que representa uma redução de 73,7% na comparação entre os períodos.

No exercício de 2024, o impacto da PCC foi influenciado pela alteração de premissas realizada em junho de 2024, em atendimento às mudanças introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022, a qual gerou um efeito negativo extraordinário de R\$275,0 milhões no resultado, conforme divulgado nas demonstrações financeiras daquele exercício.

Adicionalmente, o desempenho de 2025 refletiu ainda a evolução do resultado financeiro favorecido pela menor despesa no passivo indexado ao IGP e pela marcação a mercado dos investimentos classificados a valor justo por meio do resultado que em 2024 geraram um impacto negativo não observado em 2025;

✓ **Lucro líquido:** o lucro líquido acumulado até dezembro de 2025 atingiu R\$2,0 bilhões, um aumento de 34,1% frente ao lucro líquido apresentado no mesmo período de 2024, que foi de R\$1,5 bilhão, esse aumento no lucro líquido foi impactado pela variação da Provisão Complementar de Cobertura (PCC), decorrente da Circular SUSEP nº 678/2022, no montante de R\$53,4 milhões líquida dos efeitos tributários, uma redução de 73,7% quando comparado ao mesmo período de 2024 (R\$302,8 milhões) e pelo aumento do resultado financeiro decorrente da menor despesa no passivo indexado ao IGP e pela marcação a mercado dos investimentos classificados a valor justo por meio do resultado.

A gestão dos negócios da Brasilprev, obtidos até dezembro de 2025, proporcionou a seguinte distribuição do valor adicionado:



Dados, Inteligência Artificial e Negócios Digitais

As aplicações envolvendo inteligência analítica e artificial mantiveram-se presentes na estratégia da Brasilprev ao longo do exercício de 2025. Os trabalhos de governança de dados seguiram fortalecidos, com destaque para reforço da cultura analítica e para gestão de custos. O objetivo traçado para o ano de capacitar 80% dos funcionários no uso de inteligência artificial foi superado com o alcance de 85% do quadro participando de ao menos uma ação de capacitação sobre o tema. O volume de negócios em canais digitais seguiu crescendo em linha com o volume projetado. No ano, foram R\$3,2 bilhões em arrecadações e realocações feitas pelo App, Portal ou WhatsAppApp Brasilprev, além da plataforma de planos corporativos, do portal de parcerias e dos canais do distribuidor Banco do Brasil (App, Portal e WhatsAppApp). Do total de negócios observado, 87% foram novas entradas (arrecadações) e 13% foram realocações. O volume observado representou incremento de 13,9% sobre 2024.

A participação dos canais digitais no volume arrecadado fechou o ano em 4,4% contra 2,5% de 2024. O aplicativo Brasilprev foi reformulado e fechou o ano com avaliação de excelência nas lojas App Store e Play Store, 4,9 e 4,5, respectivamente.

Os acessos a serviços e transações via canais digitais também continuaram crescendo. Em 2025, foram 15,5 milhões de acessos a serviços via canais digitais de 1,5 milhão de usuários únicos, ante 12,9 milhões de acessos e 1,5 milhão de usuários em 2024. Incremento observado de 19,9% e 1,0%, respectivamente.

Gestão de Riscos e Controles Internos

A Diretoria de Controles Internos e Gestão de Riscos manteve sua atuação contribuindo, em conjunto com a Administração e as demais áreas da Brasilprev, para o fortalecimento da gestão e maturidade da cultura de gestão de riscos, controles internos e conformidade.

Destacadamente, manteve o avanço em melhorias no mapeamento de riscos e controles por meio de Autoavaliação de Riscos e Controles em todos os processos da Companhia, que resultou na Matriz de Eventos de Riscos, com visões de impactos financeiro, operacional, reputacional e conformidade, bem como a aplicação de cenários, que servem de insumo para priorização de ações para mitigação de riscos e trabalhos relacionados a Controles Internos.

É contínuo o monitoramento da conformidade com a regulamentação e normas internas, especialmente quanto à avaliação de impactos de normativos, que retroalimentam a gestão de riscos e controles internos, subsidiando a gestão integrada entre as funções de riscos, controles internos e conformidade da Brasilprev.

Compliance

Atuando sob a estrutura da Diretoria de Controles Internos e Gestão de Riscos, a área de *Compliance* é responsável por tracionar na Companhia os temas relacionados a conformidade regulatória, conduta, integridade, canal de denúncias, prevenção à lavagem de dinheiro e programa anticorrupção.

Controles Internos

Atuando sob a estrutura da Diretoria de Controles Internos e Gestão de Riscos, a área de Controles Internos é responsável por tracionar na Companhia a avaliação da eficácia dos controles estabelecidos para garantir a eficiência na mitigação dos riscos envolvidos. Como segunda linha, também atua nos temas relacionados à efetividade dos controles de segurança da informação, privacidade e prevenção a fraudes. Políticas e Instruções Normativas sobre esses temas são periodicamente atualizadas, publicados e divulgados para toda a Companhia. A área ainda atua na elaboração e condução de treinamentos e matérias para disseminar uma cultura de mitigação de riscos por meio do estabelecimento de controles.

Reconhecimento

No exercício de 2025, a Brasilprev foi destaque em importantes premiações nacionais e internacionais, reafirmando seu compromisso com a excelência, a inovação e a responsabilidade social:

- ✓ **Prêmio Ouvidorias Brasil 2024:** a Brasilprev foi vencedora do caso "Diversidade: Personalizando a Jornada de Clientes por meio de Relações Inclusivas", parte do projeto "Jornada do Cliente com Deficiência Auditiva". O prêmio reconhece os melhores casos com base em critérios como Inovação, Desempenho, Governança, Amplitude, Integração, Resultados e Responsabilidade Social;
- ✓ **Prêmio Atendimento ABRAREC CX 2025:** a Brasilprev foi uma das empresas reconhecidas pelo prêmio, que destaca as melhores iniciativas para oferecer experiências superiores aos consumidores brasileiros;
- ✓ **Marcas de Quem Decide:** a Brasilprev foi novamente líder em Lembrança e Preferência na categoria Previdência Privada entre gestores e executivos do mercado gaúcho, segundo a 2ª edição da pesquisa do Jornal do Comércio;
- ✓ **Prêmio Aloic Latam 2025:** o caso "Ouvindo os Mais Vividos - Juntos para a inclusão dos mais longevos" conquistou o Troféu Prata na categoria Melhor Estratégia de Inclusão e Diversidade. A premiação ocorreu durante o *CX Summit*, na Colômbia, reunindo empresas da Argentina, Brasil, Colômbia, México e Paraguai;
- ✓ **Prêmio Estadão Empresas Mais 2024:** pelo quinto ano consecutivo, a Brasilprev foi 1ª colocada no segmento Serviços Financeiros - Seguradora do prêmio Empresas Mais, do Estadão. A avaliação considera critérios econômicos, governança corporativa e inovação;
- ✓ **GPWT Diversidade:** a Brasilprev alcançou o 1º lugar na categoria 50+ e o 5º lugar na categoria Mulheres na premiação As Melhores Empresas para Trabalhar - Diversidade, promovida pelo *Great Place to Work*;
- ✓ **FIA - Lugares Incríveis para Trabalhar:** Reconhecimento pelo selo Lugares Incríveis para Trabalhar, que destaca qualidade do ambiente organizacional e compromisso com o bem-estar dos colaboradores;
- ✓ **Prêmio Cliente SA:** Troféu Prata na categoria Líder em Projeto de Inclusão e Diversidade, com o caso "Ouvidoria Brasil: Ouvir para Transformar - Liderança da Revolução na Acessibilidade e Diversidade";
- ✓ **GPWT:** pelo segundo ano consecutivo, a Brasilprev foi reconhecida no ranking Melhores Lugares para Trabalhar na categoria Instituições Financeiras;
- ✓ **The Stevie® Awards:** Selo Ouro na categoria *Customer Service do Annual International Business Awards®*, com o caso "Brasilprev: Escutando para Transformar - Liderança na Revolução da Acessibilidade e Diversidade";
- ✓ **Empresa que Cuida do Idoso:** Renovação do selo concedido pela instituição Vila São Vicente de Paulo (SP), fruto da parceria iniciada em 2023 via Fundo do Idoso, que apoia melhorias no acolhimento de idosos vulneráveis;
- ✓ **Valor 1000:** Pelo quarto ano consecutivo, a Brasilprev foi 1ª colocada em Vida e Previdência e alcançou 3º lugar em Lucro Líquido, Lucro Operacional e Patrimônio Líquido;
- ✓ **Época Negócios 360°:** 2º lugar no segmento Serviços Financeiros (Selo Prata) e 41ª posição no ranking geral entre 450 empresas; com metodologia da Fundação Dom Cabral;
- ✓ **Prêmio ABT:** Troféu Prata na categoria Inovação em Processos, com o caso "Como a Brasilprev eleu a Experiência dos Clientes com processos mais ágeis e eficazes";
- ✓ **Prêmio Best Performance 2025:** Troféu Ouro na categoria Excelência em Responsabilidade Social Corporativa, com o caso "Ouvindo os mais vividos - Juntos para a inclusão dos mais longevos";
- ✓ **Prêmio INOVATIVOS 2025:** Vice-campeã na categoria Jornada de Compra, com o caso "Venda no WhatsApp Brasilprev com Pix Open Finance";
- ✓ **Open Innovation:** o caso "Jornada e Soluções de Longevidade e Intergeneracional" foi reconhecido como boa prática no 4º Congresso Latino-Americano de Casos de *Open Innovation*, na categoria Inovação ESG;
- ✓ **Age-Friendly:** Renovação do selo internacional *Age-Friendly*, criado pelo *Age-Friendly Institute* (EUA) e representado no Brasil pela Matur, reforçando o compromisso com práticas inclusivas para pessoas 50+;
- ✓ **Guia de Previdência ValorFVG 2025:** A Brasilprev foi eleita melhor gestora na categoria Previdência Balanceados Data-Alvo e conquistou 2ª colocação em Previdência Balanceados acima de 30% e Previdência Renda Fixa Data-Alvo. No ranking geral, ficou em 3º lugar como Melhor Seguradora Geral e 3º lugar em Diversidade de Fundos;
- ✓ **MIT Technology Review Brasil:** A Brasilprev manteve, em 2025, o selo *Innovative Workplaces*, concedido pela *MIT Technology Review* Brasil. O reconhecimento destaca empresas que promovem ambientes corporativos inovadores e práticas que impulsionam transformação contínua.

Contratos de Auditoria

Em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PA 400, que dispõe sobre a independência para trabalho de auditoria e revisão, informamos que a Brasilprev contratou para o exercício de 2025, a KPMG Auditores Independentes Ltda., a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., e a KPMG Assessores Ltda ("KPMG"), serviços de auditoria independente no montante de R\$1.346 mil, e serviços de não auditoria no montante de R\$676 mil. Ainda, a Brasilprev informa que a KPMG não prestou, no exercício de 2025, serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria, comprovada por meio de Carta de Independência.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a Brasilprev adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente, nem tampouco promover os interesses dele.

Agradecimentos

A Brasilprev agradece profundamente a todos que contribuíram para a construção de sua trajetória de sucesso. Aos nossos clientes e acionistas, pela confiança e parceria contínuas. Aos fornecedores, pelo suporte essencial que fortalece nossas operações. À rede do Banco do Brasil, pela dedicação e excelência na distribuição de nossos produtos. À Principal, pelo apoio técnico constante, pela experiência e pela visão estratégica global. À BB Seguros, pela parceria sólida e pela contribuição estratégica e operacional, fundamentais para nossa comunicação e presença junto aos canais do Banco. E, especialmente, aos nossos colaboradores, cuja dedicação, comprometimento e talento são fundamentais para alcançarmos nossos objetivos e superarmos desafios. São Paulo, 4 de fevereiro de 2026.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

| | Nota | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|--|------|-------------------|-------------------|
| Rendas de contribuições e prêmios | | 44.635.379 | 58.861.724 |
| (-) Constituição da provisão de benefícios a conceder | | (44.819.892) | (58.844.886) |
| (e) Rendas de contribuições e prêmios de VGBL | | 15.487 | 16.839 |
| (+) Recitas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas | | 3.866.136 | 3.776.425 |
| (-) Variação de outras provisões técnicas | | (89.748) | (332.792) |
| (-) Benefícios retidos | | (6.046) | (14.036) |
| (-) Custos de aquisição | 17a | (795.626) | (787.794) |
| (-) Outras receitas e despesas operacionais | 17b | (141.989) | (46.061) |
| Prêmios emitidos | | 4.983 | 6.501 |
| (+) Contribuições para cobertura de riscos | | 214.756 | 231.616 |
| (+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios | | 1.103 | (5.685) |
| (-) Prêmios ganhos | | (220.842) | (232.432) |
| (-) Sinistros ocorridos | | (6.477) | (10.309) |
| (-) Custos de aquisição | 17a | (122) | (122) |
| (-) Outras receitas e despesas operacionais | 17b | (28.234) | (34.422) |
| (f) Resultado com resseguro | | (3.260) | (944) |
| (+) Receita com resseguro | | 791 | 2.743 |
| (-) Despesa com resseguro | | (4.051) | (3.687) |
| (-) Despesas administrativas | 17c | (468.759) | (448.017) |
| (-) Despesas com tributos | 17d | (312.651) | (310.581) |
| (+) Resultado financeiro | 17e | 927.330 | 404.747 |
| (g) Resultado operacional | | 3.176.883 | 2.445.364 |
| (+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes | | 71 | (15) |
| (h) Resultado antes dos impostos e participações | | 3.176.954 | 2.445.349 |
| (-) Imposto de renda | 18 | (716.195) | (579.468) |
| (-) Contribuição social | 18 | (449.115) | (360.616) |
| (-) Participações sobre o lucro | | (20.204) | (20.284) |
| (i) Lucro líquido do exercício | | 1.991.440 | 1.484.981 |
| (-) Quantidade de ações | | 3.517.874 | 3.517.874 |
| (=) Lucro líquido por ação - R\$ | | 566,09 | 422,12 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto o valor por ação)

| | Reserva de lucros | | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total |
|---|-------------------|------------------|---------------------------------|-------------------|------------------|
| | Legal | Estatutária | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2025 | 3.529.258 | 1.021.025 | 1.278.733 | 160.069 | 5.569.085 |
| Dividendos pagos - CA de 21/03/2025, CA de 21/08/2025 e CA de 04/12/2025 (R\$363,00 por ação) | - | - | (1.276.983) | - | (1.276.983) |
| Títulos e valores mobiliários VJORA - Ajuste a valor mercado | - | - | (186.538) | - | (186.538) |
| Provisão Complementar de Cobertura - Alteração na taxa de juros | - | - | 143.581 | - | 143.581 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 1.991.440 | 1.991.440 |
| Proposta para distribuição do lucro líquido: | | | | | |
| Reserva legal | 99.572 | - | - | (99.572) | - |
| Dividendos pagos - CA de 21/08/2025 e CA de 04/12/2025 (R\$218,88 por ação) | - | - | - | (770.000) | (770.000) |
| Juros sobre capital próprio pagos - CA de 04/12/2025 (R\$42,64 por ação) | - | - | - | (150.000) | (150.000) |
| Reserva estatutária | - | 971.868 | - | (971.868) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 3.529.258 | 700.597 | 973.618 | 117.112 | 5.320.585 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2024 | 3.529.258 | 546.302 | 2.628.924 | (4.539) | 6.699.945 |
| Adoção da Circular SUSEP 678/2022, efeito líquido de impostos | - | - | - | (390.513) | (390.513) |
| Títulos e valores mobiliários VJORA - Ajuste a valor mercado | - | - | (338.513) | - | (338.513) |
| Provisão Complementar de Cobertura - Alteração na taxa de juros | - | - | 503.121 | - | 503.121 |
| Dividendos pagos - CC de 28/02/2024, CA de 04/04/2024, CA de 19/07/2024 e CA de 09/09/2024 (R\$805,46 por ação) | - | - | (2.130.000) | - | (2.130.000) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 1.484.981 | 1.484.981 |
| Proposta para distribuição do lucro líquido: | | | | | |
| Reserva legal | 54.723 | - | - | (54.723) | - |
| Dividendos pagos - CA de 09/09/2024(R\$36,95 por ação) | - | - | - | (130.000) | (130.000) |
| Dividendos a pagar (R\$36,94 por ação) | - | - | - | (129.936) | (129.936) |
| Reserva estatutária | - | 779.809 | - | (779.809) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 3.529.258 | 601.025 | 1.278.733 | 160.069 | 5.569.085 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Brasilprev" ou "Companhia"), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob nº 27.665.207/0001-31, está sediada na Rua Alexandre Dumas, nº 1.671, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, Brasil, é uma empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros de vida com cobertura de sobrevivência, planos de benefícios de caráter previdenciário, pessoas e vida individual em todo território nacional. A Companhia é uma associação com gestão compartilhada entre o Grupo Banco do Brasil, com 49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, e o Principal Financial Group, com 50,01% das ações ordinárias.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 4 de fevereiro de 2026.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade
Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas.

b) Moeda funcional e de apresentação
A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera.

c) Base para mensuração
Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) e/ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

d) Circulante e não circulante
Mensalmente a Companhia efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante.

As provisões técnicas foram segregadas entre circulante e não circulante de acordo com os critérios indicados na nota explicativa nº 3m.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Apuração do resultado
É apurado pelo regime de competência, que no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, pessoas e vida individual, as quais são registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independentemente do seu recebimento. A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é deferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos riscos vigentes.

As rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos.

As receitas com taxa de carregamento dos planos tradicionais são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado, obedecendo a data de ingresso nos planos contratados.

b) Caixa e equivalentes de caixa
A Brasilprev define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), considerados no balanço patrimonial na rubrica de "Disponível" e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e de vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores.

c) Aplicações e instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos, mediante à avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de SPPI (Solely Payment of Principal and Interest).

Os instrumentos financeiros são classificados em:

i) Custo amortizado (CA)
Classificam-se nesta categoria os ativos financeiros mantidos (a) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos; e (b) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Avaliados com seu valor de custo com utilização do método de juros efetivos, que consiste em calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa de juros no período pela aplicação da taxa efetiva de juros do instrumento. Desta forma, o valor de compra do ativo será atualizado pela taxa de juros negociados na época, carregando assim até seu vencimento. Caso seja avaliada perda de risco de crédito, os valores serão contabilizados no ativo com contraparte no resultado.

ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
A Brasilprev, por atuar no ramo de seguros e previdência, possui capacidade financeira para assegurar a manutenção do ativo em longo prazo, no entanto podendo operar buscando oportunidades de mercado para liquidação antecipada, podendo negociar os títulos de forma a aumentar seus ganhos financeiros ou para geração de liquidez. Estão classificados nesta categoria os ativos pertencentes aos recursos de cobertura das provisões técnicas em linha com modelo de negócio, ditados por estudos de ALM (Asset and Liability Management).

Os ativos contabilizados como VJORA devem ser registrados ao valor justo no balanço patrimonial. Os juros calculados pela taxa efetiva devem ser registrados no resultado e o efeito da marcação a mercado do instrumento deve ser registrado diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

iii) Valor justo por meio do resultado (VJR)
São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As cotas de fundos de investimentos, por serem um ativo que naturalmente não atende os critérios do SPPI, são classificados como VJR.

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria estão classificados no ativo circulante independentemente do seu vencimento, em função da negociação dos planos.

iv) Instrumentos financeiros derivativos
Os ajustes diários, positivos ou negativos, dos derivativos são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras", veja nota explicativa 5d.

d) Análise do valor recuperável de ativos financeiros (impairment)
Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment), o CPC 48 - Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Todos os ativos financeiros de renda fixa, exceto Títulos Públicos Federais, mensurados como custo amortizado ou VJORA são testados com base no modelo de ancoragem externa para a premissa de Matriz de Rating vs Probabilidade de Default, utilizando a abordagem geral conforme a seguinte formulação: $Expected Loss (EL) = Probability of Default (PD) \times Exposure at Default (EAD) \times Loss Given Default (LGD)$.

Os ativos classificados na categoria VJR não são base para fins de mensuração e reconhecimento de impairment.

Para ativos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA), em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

No teste de impairment foram utilizadas classificações de crédito das agências *Fitch* e *Standard & Poor's*, exceto para os títulos públicos federais por se tratar de risco soberano cujo emissor é o Tesouro Nacional, é considerado insignificante o risco de perda no seu valor, assim não indicando aumento significativo de risco de inadimplência e evidências de perda por impairment.

e) Mensuração
O valor justo dos títulos e valores mobiliários é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

• Fundos de Investimento Financeiro
O valor justo das quotas de Fundos de Investimento Financeiro, foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos.

• Títulos públicos federais
Os títulos públicos federais, classificados como VJR, foram contabilizados utilizando-se as cotações fornecidas pela ANBIMA.

• Debêntures
Com relação aos títulos divulgados na Tabela da ANBIMA, utilizam-se as cotações fornecidas por esta instituição. As demais debêntures são mensuradas por meio de metodologia própria - *marked to model* - com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures - SND. Para fins de valor justo e como alternativa à ausência de negócios significativos, utilizam-se as cotações dos últimos 21 negócios efetivos divulgados pelo SND. Para alguns títulos onde não há informações de precificação no mercado ativo, utiliza modelos desenvolvidos internamente, associado à perda esperada.

• Letra Financeira - LF
Devido à ausência de um mercado secundário ativo que forneça volume, taxa e emissor para os títulos privados indexados ao IPCA (CDB, DPGE e Letra Financeira), elaboramos modelo de marcação a mercado que utiliza como base a Estrutura a Termo das Taxas de Juros Estimada - ETTJ da ANBIMA, onde as curvas de juros zero-cupom soberanas são extraídas a partir das taxas dos títulos públicos prefixados e atrelados ao IPCA, além da inflação implícita nas curvas.

• Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI e Contratos de Câmbio
Na B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão existe o Preço de Referência de Fechamento (PRF) do BOVESPA FIX, que é o resultado de um processo de formação de preços com regras claras e transparentes de negociação, conforme Manual de Precificação. Essa formação de preços, associada à transparência proporcionada pelo sistema (pregão eletrônico) - uma vez que as ofertas, negócios e preços de

fechamento são disseminadas para todo o mercado em tempo real - permite utilizar o PRF para a Marcação a Mercado - MaM dos CRIs.

• Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA
Os certificados de recebíveis do agronegócio, classificados como "valor justo por meio do resultado", foram contabilizados utilizando-se as cotações fornecidas pela ANBIMA.

• Operação Compromissada Pós-Fixadas
Para operações compromissadas em que o período é de 1 (um) dia, será utilizado a taxa da emissão da operação. Nos períodos maiores, será adotada a taxa obtida pela estrutura temporal de juros.

• Derivativos
Os contratos futuros negociados na B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão possuem suas características padronizadas, seja valor, vencimento, contratos mínimos e valor de ajuste. Para efeito de atualização diária são utilizadas as cotações ou valores referentes aos preços de ajuste do dia.

• Ações
A marcação a mercado dos ativos negociados em Bolsa se processa por meio do preço de fechamento divulgado pela B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão.

f) Teste de Somente Pagamentos de Principal e Juros (SPPI)
Baseia-se na avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos, conhecido como o teste de "Somente Pagamentos de Principal e Juros" (SPPI) e na avaliação do Modelo de Negócio para a gestão de ativos financeiros. O teste é essencial, pois, juntamente com a definição do modelo de negócio, é fundamental para a classificação e mensuração do instrumento.

g) Custos de aquisição diferidos
São compostos por montantes referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, ao prazo médio de expectativa de retorno do produto (36 ou 48 meses para planos de PGBL/VGBL, 48 meses para planos de Pessoas e Vida Individual e 12 meses para os planos tradicionais).

h) Arrendamento mercantil
A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo identificado, em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Companhia atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor imaterial. Os contratos contabilizados envolvem duas principais rubricas: i) Outros valores e bens, que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e ii) Débitos diversos, que são utilizados para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

i) Intangível
Licenças de software e desenvolvimento de sistemas (projetos) adquiridos, são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e desenvolver projetos, fazer com que eles estejam prontos para utilização. Esses custos são amortizados pelo método linear, durante o período de 5 anos.

O intangível com vida útil definida é amortizado pelo método linear por 5 anos para montante atribuível à carteira, considerando sua projeção, e de 21 anos para o montante derivado da potencialidade de comercialização de produtos de previdência da Brasilprev na rede de agências do Banco Nossa Caixa. Tais agências já foram incorporadas pelo Banco do Brasil.

O teste de *impairment* é realizado no final de cada exercício e sensibilidade semestralmente (considerando variações nas expectativas de vendas, taxa de administração e taxa de desconto) com o objetivo de testar o valor total pago frente ao seu valor de recuperação, ou quando haja qualquer indicação de *impairment* ao longo do período.

ii) Passivos circulante e não circulante
Os passivos circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "pro rata die") incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

k) Empréstimos e financiamentos
Composto por debêntures reconhecidas inicialmente por seu valor de contratação, deduzidos dos respectivos custos de transação, e atualizados de acordo com as taxas de juros pactuadas.

l) Resseguro
A Brasilprev mantém contrato de resseguro com cobertura de catástrofe e excedente de responsabilidade das carteiras de morte e invalidez dos planos de previdência com a Munich Re do Brasil Resseguradora S.A., os percentuais ressegurados em relação ao total das carteiras são respectivamente, 8,0% e 6,9% em dezembro de 2025 (7,3% e 6,4% em dezembro de 2024). E um contrato em base de cola parte e excedente de responsabilidade da carteira do produto de Pessoas e Vida Individual com a Swiss Re Brasil Resseguros S.A. A Munich Re e a Swiss Re estão classificadas como resseguradoras locais e apresentam rating AA (Standard & Poor's - em 26 de julho de 2024) e Aa3 (Moody's - em 10 de novembro de 2025), respectivamente.

m) Provisões técnicas
As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais e normas estabelecidas pelo CNSP e SUSEP.

As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor das obrigações sob a forma de renda por sobrevivência, renda por invalidez, pensão e pecúlio, determinadas mediante cálculos e premissas atuariais, efetuados de acordo com Notas Técnicas Atuariais e com a regulamentação vigente (Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações e Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações), nos regimes financeiros de capitalização, repatrição de capitais de cobertura e repatrição simples, respectivamente. A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada e a provisão matemática de benefícios concedidos (PMB) refere-se aqueles já em gozo de benefícios.

Particularmente para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL e VGBL, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.

Para os planos tradicionais, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante das contribuições aportadas pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido de juros e correção monetária garantidos conforme contrato e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG), é calculada "pro rata die" em função dos riscos vigentes, bruta de resseguro e carregamento, e líquida de IOF.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros e benefícios já avisados e ainda não regularizados até a data do balanço. Abrange valores relativos às atualizações e juros das indenizações e benefícios, incluindo os montantes estimados referentes às ações judiciais.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), é constituída com base na observação do comportamento histórico dos avisos de sinistros dos últimos 60 meses sendo bruta de resseguro para cobertura de risco de Previdência. Para as coberturas de risco dos planos de Pessoas e Vida Individual é constituída com base nos percentuais definidos na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, dado que a Companhia não possui dados suficientes para definir uma metodologia própria.

A provisão complementar de cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência das provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo, descrito na nota explicativa nº 3n.

A provisão de excedentes financeiros (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro. As constituições e reversões da provisão de excedente financeiro, bem como os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são apresentados na Demonstração do resultado, na rubrica "Resultado financeiro".

A provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repatrição simples (PDR), é constituída para o custeio das despesas referentes ao pagamento de benefícios tanto dos participantes já em fase de concessão de benefícios quanto daqueles que atingirão esta condição, e despesas relacionadas a sinistros judiciais.

A provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repatrição de capitais por cobertura (PDC), é constituída para o custeio das despesas marginais diretamente relacionadas ao pagamento de benefícios tanto dos participantes já em fase de concessão de benefícios quanto daqueles que atingirão esta condição, pagamento de resgates e portabilidade, e despesas relacionadas a sinistros judiciais.

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) corresponde aos valores de resgates, devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não coligados, rendas e benefícios atuariais e financeiras vencidas a regularizar junto aos clientes, com as devidas atualizações monetárias.

A classificação do passivo em circulante e não circulante segue critérios diferentes de acordo com a finalidade de cada provisão. A provisão de benefícios a conceder segue a expectativa de fluxos de resgates e conversão de recursos em renda, estabelecidos no teste de adequação de passivos. A provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefício aos assistidos. A provisão de excedente financeiro é constituída para suportar obrigações cujo vencimento é superior a 1 ano. A provisão de despesas relacionadas segue o mesmo critério da provisão de benefícios a conceder e concedidos. As demais provisões visam cobrir compromissos de curto prazo, ou seja, até 1 ano.

n) Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)
Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as regras e procedimentos instituídos pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do cálculo. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. Considera-se que o risco de seguros associado aos contratos de previdência é o risco de sobrevivência e morte e invalidez para as coberturas de risco. Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração, observados os critérios estabelecidos no parágrafo 3 do artigo 43 da Circular nº 648/2021, e alterações posteriores. Esse agrupamento é o seguinte:

- PMBAC Benefício Definido
- PMBAC (PGBL, VGBL, Tradicional e Coberturas de Riscos)
- PMBAC PGBL e VGBL - Contribuição Variável
- Coberturas de Risco

Conforme Circular SUSEP nº 678/2022, a Brasilprev optou por compensar os resultados do teste de adequação de passivos pelo agrupamento dos contratos conforme acima, o que significa que haverá compensação entre os resultados parciais do TAP, tal como permitido pela regulamentação supracitada. A metodologia utilizada considera as melhores estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os riscos assumidos até a presente data-base sendo brutos de resseguro, segregados em fluxos de prêmios e contribuições registradas e futuras (não registradas), com as seguintes premissas:

- i) Prêmios e contribuições futuras, conversão em renda, resgates, despesas com pagamentos de benefícios futuros e cancelamentos baseados nas melhores práticas e análise da experiência histórica da Companhia em o período máximo de 5 anos conforme o estipulado no parágrafo 3 do artigo 38 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações;
- ii) Mortalidade e sobrevivência, conforme mesa Circular, pelas tábuas biométricas BR-EMS (cons-

Demonstrações do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|--|------------------|------------------|
| Lucro líquido do exercício | 1.991.440 | 1.484.981 |
| Ajustes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado: | | |
| Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários | (186.538) | (338.513) |
| Variação no valor justo de ativos financeiros classificados na categoria VJORA | (305.837) | (573.074) |
| Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes | 122.334 | 229.230 |
| Redução ao valor recuperável de ativos financeiros | (3.035) | 5.331 |
| Ajustes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado: | | |
| Outros ajustes de avaliação patrimonial | 143.581 | 503.121 |
| Variação da taxa de juros da provisão complementar de cobertura | 239.302 | 838.536 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes | (95.721) | (335.415) |
| (=) Resultado abrangente | (42.957) | 164.608 |
| (=) Resultado abrangente total | 1.948.483 | 1.649.589 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| Atividades operacionais | Nota | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|--|-----------|--------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | | 1.991.440 | 1.484.981 |
| Ajustes para: | | | |
| Depreciação | | 3.315 | 4.249 |
| Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos | 17b e 17e | (4.390) | 4.884 |
| Despesas antecipadas | | 38.887 | 29.417 |
| Custos de aquisição diferidos | 17a | 164.284 | (130.748) |
| Variação de outras provisões técnicas | | 136.002 | 419.327 |
| Atualização monetária das provisões técnicas | 17e | 54.626.848 | 32.010.677 |
| Amortização de ativos intangíveis | 8 | 54.893 | 56.300 |
| Ganho ou perda na alienação de imobilizado | | (71) | 15 |
| Contingências | 15d | 9.513 | (2.825) |
| Tributos diferidos | 18 | (27.064) | 103.159 |
| Apropriação de juros sobre arrendamentos | 7 | 3.157 | 3.054 |
| Apropriação de juros sobre debêntures | 12b | 88.211 | 70.320 |
| Depreciação de ativos de direito de uso | 7 | 6.276 | 5.856 |
| Varição nas contas patrimoniais: | | | |
| Aplicações | | (37.791.796) | (35.321.772) |
| Créditos das operações com seguros e resseguros e com previdência complementar | | 6.680 | (3.394) |
| Ativos de resseguro | | (37) | (769) |
| Créditos tributários e previdenciários | | (22.387) | (25.643) |
| Despesas antecipadas | | (40.490) | (31.010) |
| Outros ativos | | (10.021) | (7.703) |
| Débitos judiciais e fiscais | | (4.161) | (4.141) |
| Fornecedores e outras contas a pagar | | 9.995 | (18.340) |
| Impostos e contribuições | | 1.097.665 | 566.327 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros e com previdência complementar | | (1.515) | 1.117 |
| Depósitos de terceiros | | 27.077 | (24.361) |
| Provisões técnicas - Seguros e resseguros | | (13.544.398) | 7.6 |



BRASILPREV

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
CNPJ nº 27.665.207/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

iii) Reforma Tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023, aprovada em dezembro de 2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo, reformulando profundamente o modelo brasileiro de tributação de bens e serviços. A EC 132/2023 estabeleceu as bases para a substituição dos principais tributos indiretos atuais por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS).

Em 16/01/2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, resultante do Projeto de Lei Complementar 68/2024, que regulamenta grande parte da reforma tributária sobre o consumo prevista na EC 132/2023. A LC 214/2025 instituiu formalmente o IBS, a CBS e o IS, criou o Comitê Gestor do IBS e estabeleceu diretrizes detalhadas sobre a operacionalização dos novos tributos.

O processo de regulamentação da Reforma Tributária avançou ainda mais com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Complementar 108/2024, que trata da estruturação e do processo administrativo do Comitê Gestor do IBS, além de consolidar regras para fiscalização, lançamento e transição das alíquotas do novo imposto. O texto aprovado representa o segundo eixo regulatório essencial da reforma e agora aguarda sanção presidencial.

Além das normas já promulgadas e aprovadas, novas propostas continuam tramitando no Congresso. Após a publicação da LC 214/2025, foram apresentados novos Projetos de Lei Complementar (PLPs) buscando ajustes e aprimoramentos específicos na legislação recém-criada, demonstrando que o processo regulatório segue em evolução e debate técnico intenso.

Diante desse cenário, e considerando que ainda existem regulamentações complementares a serem editadas, não é possível estimar, neste momento, os impactos definitivos da reforma tributária para a Companhia. Assim, permanecemos acompanhando atentamente a tramitação legislativa e as futuras normalizações vinculadas ao novo sistema tributário.

4 PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3n - Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test);
- Nota 3p - Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment);
- Nota 5 - Aplicações;
- Nota 14 - Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos;
- Nota 15 - Provisões judiciais e depósitos judiciais; e
- Nota 18 - Imposto de renda e contribuição social.

5 APLICAÇÕES

a) Demonstrativo da classificação de aplicações financeiras

| | 31.12.2025 | | | | 31.12.2024 | | | |
|--|---------------------------|--------------------|----------------------|---------------|---------------------------|--------------------|----------------------|---------------|
| | Valor de custo atualizado | Valor justo | Ajuste a valor justo | % | Valor de custo atualizado | Valor justo | Ajuste a valor justo | % |
| Valor justo por meio do resultado - VJR | 453.925.466 | 452.932.742 | (992.724) | 96,05 | 420.925.818 | 415.147.880 | (5.777.938) | 95,07 |
| Fundos de Investimento Exclusivos - FIE | 4.339.838 | 3.900.365 | (439.473) | 0,84 | 4.653.374 | 4.168.335 | (485.039) | 0,90 |
| Ações (*) | - | - | - | - | 2.585 | 2.585 | - | - |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) | - | - | - | - | 4.690 | 4.697 | 7 | - |
| Contratos DI Futuro | 46 | 46 | - | - | 125 | 125 | - | - |
| Contratos Futuros de Ibovespa | - | - | - | - | 40 | 40 | - | - |
| Debêntures | 1.385 | 1.331 | (54) | - | 2.653 | 2.462 | (191) | - |
| Letra do Tesouro Nacional (LTN) | - | - | - | - | 58.760 | 56.979 | (1.781) | 0,02 |
| Letra Financeira do Tesouro (LFT) | 275.677 | 275.882 | 205 | 0,06 | 166.382 | 166.539 | 157 | 0,05 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) | 2.000.963 | 1.588.346 | (412.617) | 0,34 | 1.967.576 | 1.503.568 | (464.008) | 0,45 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-C) | 301.471 | 274.464 | (27.007) | 0,06 | 315.276 | 296.233 | (19.043) | 0,05 |
| Operação Compromissada | 1.886.247 | 1.886.247 | - | 0,40 | 2.247.407 | 2.247.407 | - | 0,36 |
| Swap | (113.415) | (113.415) | - | (0,02) | (92.373) | (92.373) | - | (0,03) |
| Opção de Compra | - | - | - | - | (5.770) | (5.770) | - | - |
| Dólar Comercial Futuro | - | - | - | - | (113) | (113) | - | - |
| Outros (**) | (12.536) | (12.536) | - | - | (14.044) | (14.044) | - | - |
| FIFES vinculados a PGBL e VGBL | 449.312.657 | 448.762.275 | (550.382) | 95,16 | 415.857.428 | 410.581.601 | (5.275.827) | 94,09 |
| Ações (*) | 3.110.019 | 3.110.019 | - | 0,66 | 2.841.781 | 2.841.781 | - | 0,70 |
| Cotas de Fundos | 23.767.496 | 23.767.496 | - | 5,04 | 20.835.712 | 20.817.348 | (18.364) | 4,97 |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) | - | - | - | - | 144 | 142 | (2) | - |
| Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) | 212.979 | 205.820 | (7.159) | 0,04 | 207.170 | 195.601 | (11.569) | 0,05 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | 4.266.261 | 4.266.261 | - | 0,90 | - | - | - | - |
| Contrato de Câmbio | 2.440.474 | 2.440.474 | - | 0,52 | 3.848.056 | 3.848.056 | - | 0,83 |
| Contratos DI Futuro | (2.258) | (2.258) | - | - | 129.083 | 129.083 | - | 0,03 |
| Contratos Futuros de Ibovespa | 2.941 | 2.941 | - | - | (6.156) | (6.156) | - | - |
| Debêntures | 20.545.181 | 20.245.797 | (299.384) | 4,29 | 20.070.893 | 19.343.627 | (727.266) | 4,20 |
| Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) | 64.512 | 64.395 | (117) | 0,01 | 15.999 | 16.031 | 32 | - |
| Opção de Índice Bovespa | 6.101 | 6.101 | - | - | - | - | - | - |
| Letra do Tesouro Nacional (LTN) | 29.843.824 | 29.891.920 | 48.096 | 6,34 | 30.536.105 | 28.528.292 | (2.007.813) | 9,56 |
| Letra Financeira do Tesouro (LFT) | 261.745.736 | 262.481.777 | 736.041 | 55,66 | 232.644.105 | 233.326.740 | 682.635 | 44,72 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) | 39.868.651 | 38.940.053 | (928.598) | 8,26 | 31.108.830 | 28.675.648 | (2.433.182) | 10,52 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-C) | 2.214.629 | 2.085.800 | (128.829) | 0,44 | 2.045.018 | 1.992.217 | (52.801) | 0,07 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-F) | 5.220.099 | 5.166.302 | (53.797) | 1,10 | 8.141.056 | 7.311.653 | (829.403) | 2,90 |
| Operação Compromissada | 31.262.366 | 31.262.366 | - | 6,63 | 45.294.052 | 45.294.052 | - | 10,80 |
| Cotas de FIDC | 76.259 | 79.687 | 3.428 | 0,02 | 86.778 | 85.092 | (1.686) | 0,01 |
| Nota Promissória (NP) | 646.547 | 662.835 | 16.288 | 0,14 | 813.406 | 829.344 | 15.938 | 0,20 |
| Letra Financeira (LF) | 23.410.979 | 23.473.728 | 63.649 | 4,98 | 17.113.317 | 17.220.971 | 107.654 | 4,51 |
| Dólar Comercial Futuro | 39.142 | 39.142 | - | 0,01 | 12.741 | 12.741 | - | (0,01) |
| Contratos IPCA Futuro | 278 | 278 | - | - | 2.076 | 2.076 | - | - |
| Opção de Compra | (11.974) | (11.974) | - | - | (99.354) | (99.354) | - | (0,01) |
| Contratos Futuros S&P | - | - | - | - | (234) | (234) | - | - |
| Outros (**) | 583.315 | 583.315 | - | 0,12 | 216.850 | 216.850 | - | 0,04 |
| Carteira Própria | 272.977 | 270.102 | (2.869) | 0,05 | 415.016 | 397.944 | (17.072) | 0,08 |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) | 21.528 | 21.991 | 463 | 0,01 | 33.199 | 28.583 | (4.616) | 0,01 |
| Debêntures | 50.941 | 47.496 | (3.445) | 0,01 | 60.685 | 53.948 | (6.737) | 0,01 |
| Cotas de Fundos | 195.191 | 195.191 | - | 0,04 | 210.315 | 210.315 | - | 0,04 |
| Letra do Tesouro Nacional (LTN) | 1.716 | 1.818 | 102 | - | 1.999 | 1.999 | - | - |
| Letra Financeira do Tesouro (LFT) | 3.595 | 3.606 | 11 | - | 3.140 | 3.144 | 4 | - |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-C) | - | - | - | - | 105.678 | 99.955 | (5.723) | 0,02 |
| Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA | 19.516.256 | 18.629.779 | (886.477) | 3,95 | 19.203.485 | 18.622.845 | (580.640) | 4,93 |
| Fundos de Investimento Exclusivos - FIE | 9.752.647 | 9.628.638 | (124.009) | 2,04 | 9.711.979 | 9.742.109 | 30.130 | 2,42 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) | 4.427.889 | 4.269.215 | (158.674) | 0,90 | 4.232.167 | 3.965.449 | (266.718) | 1,05 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-C) | 5.273.289 | 5.312.977 | 39.688 | 1,13 | 5.428.524 | 5.734.360 | 305.836 | 1,36 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-F) | 51.469 | 46.446 | (5.023) | 0,01 | 51.288 | 42.300 | (8.988) | 0,01 |
| Carteira Própria | 9.763.609 | 9.001.141 | (762.468) | 1,91 | 9.491.506 | 8.880.736 | (610.770) | 2,51 |
| Debêntures | 2 | 976 | 974 | - | 2 | 838 | 836 | - |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) | 4.836.180 | 4.100.408 | (735.772) | 0,87 | 3.724.106 | 2.912.947 | (811.159) | 1,10 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-C) | 4.232.309 | 4.243.381 | 11.072 | 0,90 | 5.068.669 | 5.299.951 | 231.282 | 1,26 |
| Letra Financeira (LF) | 695.118 | 656.376 | (38.742) | 0,14 | 698.729 | 667.000 | (31.729) | 0,15 |
| Total das Aplicações | 473.441.722 | 471.562.521 | (1.879.201) | 100,00 | 440.129.303 | 433.770.725 | (6.358.578) | 100,00 |

(*) As ações estão apresentadas pelo valor justo.

(**) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos.

b) Movimentação das aplicações financeiras

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|
| Saldo inicial do exercício | 433.770.725 | 398.448.953 |
| Aplicações | 137.952.213 | 169.934.797 |
| Resgates | (155.469.001) | (168.337.699) |
| Receita financeira | 55.646.769 | 32.486.269 |
| Outros (*) | (338.185) | 1.238.405 |
| Saldo final do exercício | 471.562.521 | 433.770.725 |

(*) Representam movimentações de caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos e o ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

c) Detalhamento das aplicações por vencimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os vencimentos dos títulos estão distribuídos da seguinte forma:

| | 31.12.2025 | | | | | 31.12.2024 | | | | |
|--|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| | Até 1 mês | Até 12 meses | De 1 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total | Até 1 mês | Até 12 meses | De 1 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
| Valor justo por meio do resultado - VJR | 66.349.762 | 13.335.778 | 322.034.312 | 51.212.890 | 452.932.742 | 77.759.297 | 16.370.031 | 263.858.343 | 57.160.209 | 415.147.880 |
| Fundos de Investimento Exclusivos - FIE | 1.760.296 | 135.138 | 441.534 | 1.563.397 | 3.900.365 | 2.144.459 | 168.107 | 333.330 | 1.522.439 | 4.168.335 |
| Ações (*) | - | - | - | - | - | 2.585 | - | - | - | 2.585 |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) | - | - | - | - | - | 4.697 | - | - | - | 4.697 |
| Contratos DI Futuro | - | - | - | 46 | 46 | - | - | - | 125 | 125 |
| Contratos Futuros de Ibovespa | - | - | - | - | - | 103 | (63) | - | - | 40 |
| Debêntures | - | 1.331 | - | - | 1.331 | - | - | 2.462 | - | 2.462 |
| Letra do Tesouro Nacional (LTN) | - | - | - | - | - | - | - | 56.979 | - | 56.979 |
| Letra Financeira do Tesouro (LFT) | - | 9.043 | 266.839 | - | 275.882 | - | 79.090 | 87.449 | - | 166.539 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) | - | 124.764 | 174.695 | 1.288.887 | 1.588.346 | - | 91.047 | 186.440 | 1.226.081 | 1.503.568 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-C) | - | - | - | 274.464 | 274.464 | - | - | 296.233 | 2.941 | 3.185 |
| Operação Compromissada | 1.886.247 | - | - | 1.886.247 | 2.247.407 | - | - | 2.247.407 | - | 2.247.407 |
| Swap | (113.415) | - | - | (113.415) | (92.373) | - | - | (92.373) | - | (92.373) |
| Opção de Compra | - | - | - | - | 781 | (6.551) | - | - | (5.770) | - |
| Dólar Comercial Futuro | - | - | - | - | - | - | (113) | - | - | (113) |
| Outros (**) | (12.536) | - | - | (12.536) | (14.044) | - | - | - | - | (14.044) |
| FIFES vinculados a PGBL e VGBL | 64.394.275 | 13.188.659 | 321.587.354 | 49.591.987 | 448.762.275 | 75.402.524 | 16.196.800 | 263.499.972 | 55.482.565 | 410.581.601 |
| Ações (*) | 3.107.427 | 2.592 | - | - | 3.110.019 | 2.819.189 | 22.592 | - | - | 2.841.781 |
| Cotas de Fundos | 23.767.496 | - | - | - | 23.767.496 | 20.817.348 | - | - | - | 20.817.348 |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) | - | - | - | - | - | - | 142 | - | - | 142 |
| Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) | - | - | 205.518 | 302 | 205.820 | - | - | 195.171 | 430 | 195.601 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | - | 2.125.651 | 2.140.610 | - | 4.266.261 | - | - | - | - | 4.266.261 |
| Contrato de Câmbio | 2.440.474 | - | - | - | 2.440.474 | 3.848.056 | - | | | |



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

8 INTANGÍVEL

| | Carteira/ Canal (*) | Desenvolvimento de sistema (Projetos) | Licenças de uso de software | Total |
|---|---------------------|---------------------------------------|-----------------------------|----------------|
| 31.12.2025 | | | | |
| Custo | 142.321 | 406.994 | 62.174 | 611.489 |
| Amortização acumulada | (92.321) | (245.762) | (59.220) | (397.303) |
| Saldos em 1º de janeiro de 2025 | 50.000 | 161.232 | 2.954 | 214.186 |
| Adições | - | 29.555 | - | 29.555 |
| Amortizações | (6.122) | (46.414) | (2.357) | (54.893) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 43.878 | 144.373 | 597 | 188.848 |
| Custo | 142.321 | 436.549 | 62.174 | 641.044 |
| Amortização acumulada | (98.443) | (292.176) | (61.577) | (452.196) |
| 31.12.2024 | | | | |
| Custo | 142.321 | 368.287 | 62.174 | 572.782 |
| Amortização acumulada | (86.198) | (199.872) | (55.203) | (341.273) |
| Saldos em 1º de janeiro de 2024 | 56.123 | 168.415 | 6.971 | 231.509 |
| Adições | - | 38.707 | - | 38.707 |
| Amortizações | (6.123) | (45.890) | (4.017) | (56.030) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 50.000 | 161.232 | 2.954 | 214.186 |
| Custo | 142.321 | 406.994 | 62.174 | 611.489 |
| Amortização acumulada | (92.321) | (245.762) | (59.220) | (397.303) |

(*) Comentários sobre base de composição e forma de amortização vide nota explicativa nº 3i.

9 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Imposto de renda retido | 253.862 | 235.575 |
| Imposto sobre serviço | 6.907 | 6.325 |
| Imposto sobre operações financeiras | 773 | 2 |
| Contribuições previdenciárias | 2.794 | 2.766 |
| PIS/COFINS/CSLL de terceiros | 502 | 775 |
| ITCD retido na fonte de terceiros | 1.090 | 3.387 |
| Outros impostos e encargos | 1.265 | 986 |
| Total | 267.193 | 249.816 |

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|--|----------------|----------------|
| Imposto de renda (*) | 730.463 | 431.461 |
| (-) Antecipação de imposto de renda | (387.722) | (288.266) |
| Contribuição social (**) | 457.000 | 271.812 |
| (-) Antecipação de contribuição social | (175.868) | (135.660) |
| Cofins | 7.459 | 5.807 |
| Pis | 681 | 456 |
| Outros | - | 5 |
| Total | 632.013 | 285.615 |

(*) Refere-se ao imposto devido no montante de R\$1.187.463, que deduzido do tributo diferido de R\$448 e do imposto referente a Lei do Bem de 2024 de R\$21.705, totaliza R\$1.165.310 (nota explicativa 18a).

11 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|-------------------|---------------|---------------|
| Até 30 dias | 44.167 | 23.754 |
| De 31 a 180 dias | 6.134 | 374 |
| De 181 a 365 dias | 1.377 | 390 |
| Acima de 365 dias | 1.204 | 1.287 |
| Total | 52.882 | 25.805 |

O total apresentado na faixa de *aging* até 30 dias refere-se principalmente à arrecadação recebida nos últimos dias úteis bancários do mês e regularizada no mês subsequente.

12 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E TÍTULOS DE DÍVIDA

Em 07 de junho de 2021, foram emitidas debêntures não conversíveis em ações com prazo de vigência de 5 (cinco) anos contadas da data de emissão. Conforme previsto no artigo 56, inciso (n) e parágrafo 12 da Resolução CNSP nº 432 de 2021 e alterações, os recursos captados por meio dessa emissão, quando passíveis de serem considerados nos termos da regulamentação específica, são considerados no cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, para fins de cobertura do capital mínimo requerido.

A Companhia não possui nenhuma inadimplência do principal ou dos juros ou outras violações em relação aos seus empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A seguir é apresentada a composição do saldo e suas principais características:

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Debêntures - Saldo Total | 555.367 | 553.671 |
| Circulante | 555.367 | 4.361 |
| Não Circulante | - | 549.310 |

14 PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a) Detalhamento das provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

| | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|---|-------------------|--------------------|-------------------|--------------|
| Provisões técnicas | PGBL | VGBL | Tradicionais (*) | Vida |
| Matemática de benefícios a conceder | 47.992.955 | 400.768.770 | 8.596.597 | 2.159 |
| Matemática de benefícios concedidos | 1.474.593 | 757.499 | 5.329.150 | - |
| Resgates e outros valores a regularizar | 43.090 | 593.649 | 164.337 | - |
| Excedente financeiro | 369 | 471 | 601.109 | - |
| Sinistros a liquidar | 3.489 | 17.263 | 60.663 | 1.687 |
| Despesas relacionadas | 11.185 | 42.732 | 9.505 | 6 |
| Prêmios não ganhos | - | - | 15.132 | 10 |
| Sinistros ocorridos e não avisados - IBNR | - | - | 11.742 | 78 |
| Total das provisões técnicas | 49.525.681 | 402.180.384 | 14.788.235 | 3.924 |
| Custos de aquisição diferidos | 56.464 | 1.410.330 | - | 35 |

(*) Inclui as coberturas de risco.

| | 31.12.2024 | | 31.12.2023 | |
|---|-------------------|--------------------|-------------------|--------------|
| Provisões técnicas | PGBL | VGBL | Tradicionais (*) | Vida |
| Matemática de benefícios a conceder | 44.185.135 | 366.395.820 | 9.282.722 | 1.511 |
| Matemática de benefícios concedidos | 1.410.991 | 703.156 | 5.283.288 | - |
| Excedente financeiro | - | - | 676.982 | - |
| Resgates e outros valores a regularizar | 52.888 | 513.749 | 55.907 | - |
| Complementar de cobertura | - | - | 150.355 | - |
| Sinistros a liquidar | 3.104 | 12.332 | 58.782 | 1.682 |
| Despesas relacionadas | 10.700 | 37.742 | 9.364 | 39 |
| Prêmios não ganhos | - | - | 16.794 | 11 |
| Sinistros ocorridos e não avisados - IBNR | - | - | 13.753 | 162 |
| Total das provisões técnicas | 45.662.818 | 367.662.799 | 15.547.947 | 3.355 |
| Custos de aquisição diferidos | 56.778 | 1.574.176 | 2 | 151 |

(*) Inclui as coberturas de risco.

b) Movimentação das provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

| | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|---|-------------------|--------------------|-------------------------|--------------|
| Provisões técnicas | PGBL | VGBL | Tradicionais (*) | Vida |
| Saldos em 1º de janeiro de 2025 | 45.662.818 | 367.662.799 | 15.547.947 | 3.355 |
| (+) Contribuições/prêmios líquidos de carregamento | 2.657.355 | 41.992.109 | 170.428 | 96 |
| (-) Pagamento de benefícios/sinistros | (275.729) | (264.880) | (762.097) | (110) |
| (-) Pagamento de resgates | (2.974.145) | (46.882.735) | (501.779) | - |
| (-) Portabilidades líquidas (**) | (1.411.359) | (8.211.231) | (411.558) | - |
| (+) Atualização monetária, juros e rendimentos | 5.778.593 | 48.042.902 | 805.270 | 83 |
| (+) IBNR/PPNG/PDR (Reverso/Constituição) | - | - | (3.532) | (9) |
| (+) PCC (Constituição/Reverso) (**) | 485 | 4.990 | (150.355) | (9) |
| (+) Outras movimentações | 87.663 | (163.570) | 93.911 | 3 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 49.525.681 | 402.180.384 | 14.788.235 | 3.924 |
| (*) Inclui as coberturas de risco. | | | | |
| (**) A redução da PCC foi de R\$150.355, sendo: a) constituição no montante de R\$88.947 reconhecida no resultado em decorrência de alteração no risco, e b) reversão no montante de R\$239.302 reconhecida em outros resultados abrangentes, de acordo com política contábil adotada pela Companhia. | | | | |
| (***) Refere-se à portabilidade externa e portabilidade interna dos planos tradicionais para o PGBL. | | | | |
| Custos de aquisição diferidos | PGBL | VGBL | Tradicionais | Vida |
| Saldos em 1º de janeiro de 2025 | 56.778 | 1.574.176 | 2 | 151 |
| (+) Constituições | 27.340 | 600.447 | - | 7 |
| (-) Reversões | (27.654) | (764.293) | (2) | (6) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 56.464 | 1.410.330 | 1 | 35 |
| Provisões técnicas | PGBL | VGBL | Tradicionais (*) | Vida |
| Saldos em 1º de janeiro de 2024 | 43.119.217 | 332.805.255 | 16.074.312 | 2.862 |
| (+) Contribuições/prêmios líquidos de carregamento | 2.585.079 | 56.073.847 | 185.980 | 100 |
| (-) Pagamento de benefícios/sinistros | (254.986) | (200.455) | (1.187.220) | (256) |
| (-) Pagamento de resgates | (2.696.515) | (43.526.103) | (527.065) | - |
| (-) Portabilidades líquidas (**) | (180.025) | (4.469.396) | (963.002) | - |
| (+) Atualização monetária, juros e rendimentos | 3.062.874 | 27.199.651 | 1.748.077 | 75 |
| (+) IBNR/PPNG/PDR (Reverso/Constituição) | (1.451) | 14.189 | (6.853) | 15 |
| (+) PCC (Constituição/Reverso) | - | - | 150.355 | (15) |
| (+) Outras movimentações | 28.625 | (234.189) | 73.383 | 659 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 45.662.818 | 367.662.799 | 15.547.947 | 3.355 |
| (*) Inclui as coberturas de risco. | | | | |
| (**) Refere-se à portabilidade externa e portabilidade interna dos planos tradicionais para o PGBL. | | | | |
| Custos de aquisição diferidos | PGBL | VGBL | Tradicionais | Vida |
| Saldos em 1º de janeiro de 2024 | 54.206 | 1.445.849 | 33 | 266 |
| (+) Constituições | 29.972 | 884.315 | 20 | 12 |
| (-) Reversões | (27.400) | (755.988) | (51) | (5) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 56.778 | 1.574.176 | 2 | 151 |

(*) Inclui as coberturas de risco.

O quadro de desenvolvimento de sinistros demonstra o comparativo dos sinistros pagos com a PSL, partindo do ano de aviso do sinistro. A parte superior do quadro ilustra a variação da provisão no decorrer dos anos e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo contábil.

| Data cadastro | Até 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | Total |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| No ano do aviso | 33.372 | 31.006 | 29.974 | 23.780 | 18.363 | - |
| Um ano após o aviso | 34.730 | 26.351 | 25.345 | 23.803 | - | - |
| Três anos após o aviso | 32.709 | 25.798 | 25.220 | - | - | - |
| Quatro anos após o aviso | 31.178 | 26.094 | - | - | - | - |
| Cinco anos após o aviso | 33.077 | - | - | - | - | - |
| Estimativa dos sinistros na data-base | 33.077 | 26.094 | 25.220 | 23.803 | 18.363 | - |
| Pagamento de sinistros efetuados | (18.352) | (13.936) | (14.152) | (8.596) | (9.244) | - |
| Provisão de sinistros a liquidar | 14.725 | 12.158 | 11.068 | 15.207 | 9.119 | 62.277 |
| Passivo em relação aos períodos anteriores (*) | - | - | - | - | - | 20.867 |
| Total da PSL (Administrativo + Judicial) | 83.144 | 83.144 | 83.144 | 83.144 | 83.144 | 83.144 |
| (*) O valor de R\$20.867 refere-se ao total de PSL dos sinistros avisados nos períodos anteriores a 2021. O valor da provisão de sinistros a liquidar de resseguro totaliza R\$346. | | | | | | |

15 PROVISÕES JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 1º de setembro de 2024 passou a vigorar a Lei 14.905/24 a qual dispõe sobre a uniformização dos parâmetros para a aplicação da atualização monetária pelo IPCA e dos juros de mora que passam a ser equivalentes à taxa SELIC líquida de IPCA. Para a data-base de 31 de dezembro de 2025, a alteração na norma não trouxe um impacto significativo nos passivos da Companhia.

a) Fiscais
Em fevereiro de 2010, a Companhia entrou com ação anulatória de débitos fiscais dos anos de 2008 e 2009, decorrentes de indeferimento do Pedido Eletrônico de Compensação de Imposto de Renda Estimado pago a maior nos anos-calendário de 2004 e 2008. Como consequência, o valor discutido atualizado é de R\$2.802 em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.653 em 31 de dezembro de 2024), montante depositado judicialmente e atualizado monetariamente até o momento.

O valor apresentado considera a atualização monetária com base no valor total do depósito judicial atualizado.

b) Trabalhistas

A Companhia responde a 29 processos trabalhistas que se encontram em diversas fases de tramitação, cujo montante provisionado, referente aos casos com probabilidade de perda provável, é de R\$4.501 (R\$1.838 em 31 de dezembro de 2024) e está registrado na rubrica "Provisões judiciais".

a) Composição das debêntures

| | 1ª emissão | |
|------------------------|--|-------------|
| | Única | Subordinada |
| Convertibilidade | Debêntures simples, não conversíveis em ações | - |
| Especie | - | Subordinada |
| Tipo e forma | Nominativas e escriturais, sem emissão de cauteias ou certificados | - |
| Quantidade de títulos | 550.000 debêntures simples | - |
| Valor nominal | R\$1.000 | - |
| Data de emissão | 07/06/2021 | - |
| Vencimento | 07/06/2026 | - |
| Atualização monetária | Não haverá | - |
| Remuneração | DI + 2,00% a.a. | - |
| Exigibilidade de juros | Semestral | - |
| Amortizações | Em 1 (uma) parcela na data de vencimento | - |
| Data das amortizações | 07/06/2026 | - |
| Repactuação | Não haverá | - |
| Resgate Antecipado | Não haverá | - |

b) Movimentação das debêntures

| | Saldos em 1º de janeiro de 2025 | | Despesas de juros e custo de transação | | Juros pagos | | Saldos em 31 de dezembro de 2025 | |
|--|---------------------------------|---------------|--|----------------|-------------|----------|----------------------------------|----------|
| 1ª Emissão | Única | | | | | | | |
| 1ª Emissão | Única | 553.671 | 88.211 | (86.515) | 555.367 | - | - | 553.671 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2024 | 553.145 | 70.320 | (69.794) | 553.671 | - | - | 553.671 | - |

c) Valor justo das debêntures

A tabela a seguir apresenta o valor de mercado das Debêntures, de acordo com o preço unitário (PU) no mercado secundário.

| | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|------------|------------|-----------------|-------------|-------------|
| Emissão | Série | Taxa | Valor justo | Valor justo |
| 1ª Emissão | Única | DI + 2,00% a.a. | 555.570 | 554.361 |

13 DEMONSTRATIVO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações, as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR), conforme demonstrado abaixo:

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|---------------------------|------------------|------------------|
| Patrimônio líquido | 5.320.585 | 5.569.085 |

Ajustes contábeis:

| |
|--------------------------|
| (-) Despesas antecipadas |
|--------------------------|



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Foram registrados incentivos fiscais sobre a Lei do Bem no ativo da Companhia sob a rubrica "créditos tributários" e solicitada restituição de IRPJ e CSLL, conforme demonstrado a seguir.

| Mês/Ano | Anos-calandários - Escriturário | | Crédito tributário | | Crédito tributário a receber | |
|------------------|---------------------------------|--------|--------------------|-----------------|------------------------------|--|
| | Contábil | Fiscal | tributário | restituído | | |
| Setembro de 2019 | 2016, 2017 e 2018 | | 20.750 | (11.528) | 9.222 | |
| Julho de 2020 | 2019 | | 8.067 | (5.041) | 3.026 | |
| Dezembro de 2021 | 2020 | | 8.970 | - | 8.970 | |
| Outubro de 2022 | 2021 | | 12.765 | (12.765) | - | |
| Agosto de 2023 | 2022 | | 19.155 | - | 19.155 | |
| Novembro de 2024 | 2023 | | 20.717 | - | 20.717 | |
| Julho de 2025 | 2024 | | 21.637 | - | 21.637 | |
| Total | | | 112.061 | (29.334) | 82.727 | |

c) Tributos diferidos
O montante de R\$43.549 em 31 de dezembro de 2025 encontra-se registrado pelo valor líquido no passivo não circulante e decorre, principalmente, dos efeitos da alteração da taxa de juros da PCC de R\$431.135, classificados no Patrimônio Líquido, e ajuste a valor justo dos ativos financeiros classificados como VJORA, no montante de (R\$354.591) e crédito tributário, no montante de (R\$32.995), oriundos de diferenças temporárias decorrente, principalmente, das provisões temporárias de despesas, ajustes de marcação a mercado (MTM) dos ativos financeiros classificados como VJR, arrendamento mercantil e demais provisões fiscais, ficando o prazo de sua realização condicionado ao prazo previsto da realização da despesa efetiva.

| | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|--|---------------|----------------|
| Créditos tributários sobre diferenças temporárias | (32.995) | - |
| Ajuste de títulos e valores mobiliários - VJORA | (354.591) | (232.256) |
| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | 431.135 | 335.415 |
| Total dos tributos diferidos - passivo não circulante | 43.549 | 103.159 |

| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|--|-------------------------|--------------|----------------|---------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2025 |
| Provisões Judiciais - cíveis | 4.625 | 2.401 | - | 7.026 |
| Provisões Judiciais - fiscais | 3.887 | 3 | - | 3.890 |
| Provisões Judiciais - trabalhistas | 735 | 1.065 | - | 1.800 |
| Provisões para Risco de Crédito | 2.986 | - | (1.755) | 1.231 |
| Outros | 13.485 | 4.416 | - | 17.901 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 25.718 | 7.885 | (1.755) | 31.848 |
| Ajuste a valor justo - VJR | 6.828 | - | (5.681) | 1.147 |
| Total dos créditos tributários (a) | 32.546 | 7.885 | (7.436) | 32.995 |

| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|---|-------------------------|---------------|------------------|---------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2025 |
| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | 335.415 | 95.720 | - | 431.135 |
| Ajuste de títulos e valores mobiliários - VJORA | (232.256) | - | (122.335) | (354.591) |
| Total das obrigações tributárias (b) | 103.159 | 95.720 | (122.335) | 76.544 |

| Total dos tributos diferidos - passivo não circulante = (b) - (a) | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|--|-------------------------|--------------|----------------|---------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2025 |
| Provisões Judiciais - cíveis | 7.013 | 87.835 | (114.899) | 43.549 |
| Provisões Judiciais - fiscais | 7.510 | - | (2.885) | 4.625 |
| Provisões Judiciais - trabalhistas | 3.295 | 592 | - | 3.887 |
| Provisões para Risco de Crédito | 1.033 | 1.953 | - | 2.986 |
| Outros | 17.492 | - | (4.007) | 13.485 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 30.405 | 2.545 | (7.232) | 25.718 |
| Ajuste a valor justo - VJR | 2.354 | 4.474 | - | 6.828 |
| Total dos créditos tributários (a) | 32.759 | 7.019 | (7.232) | 32.546 |

| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|---|-------------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | - | 335.415 | - | 335.415 |
| Ajuste de títulos e valores mobiliários - VJORA | - | - | (232.256) | (232.256) |
| Total das obrigações tributárias (b) | - | 335.415 | (232.256) | 103.159 |

| Total dos tributos diferidos - passivo não circulante = (b) - (a) | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|--|-------------------------|--------------|----------------|---------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisões Judiciais - cíveis | 7.510 | - | (2.885) | 4.625 |
| Provisões Judiciais - fiscais | 3.295 | 592 | - | 3.887 |
| Provisões Judiciais - trabalhistas | 1.075 | - | (340) | 735 |
| Provisões para Risco de Crédito | 1.033 | 1.953 | - | 2.986 |
| Outros | 17.492 | - | (4.007) | 13.485 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 30.405 | 2.545 | (7.232) | 25.718 |
| Ajuste a valor justo - VJR | 2.354 | 4.474 | - | 6.828 |
| Total dos créditos tributários (a) | 32.759 | 7.019 | (7.232) | 32.546 |

| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|---|-------------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | - | 335.415 | - | 335.415 |
| Ajuste de títulos e valores mobiliários - VJORA | - | - | (232.256) | (232.256) |
| Total das obrigações tributárias (b) | - | 335.415 | (232.256) | 103.159 |

| Total dos tributos diferidos - passivo não circulante = (b) - (a) | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|--|-------------------------|--------------|----------------|---------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisões Judiciais - cíveis | 7.510 | - | (2.885) | 4.625 |
| Provisões Judiciais - fiscais | 3.295 | 592 | - | 3.887 |
| Provisões Judiciais - trabalhistas | 1.075 | - | (340) | 735 |
| Provisões para Risco de Crédito | 1.033 | 1.953 | - | 2.986 |
| Outros | 17.492 | - | (4.007) | 13.485 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 30.405 | 2.545 | (7.232) | 25.718 |
| Ajuste a valor justo - VJR | 2.354 | 4.474 | - | 6.828 |
| Total dos créditos tributários (a) | 32.759 | 7.019 | (7.232) | 32.546 |

| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|---|-------------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | - | 335.415 | - | 335.415 |
| Ajuste de títulos e valores mobiliários - VJORA | - | - | (232.256) | (232.256) |
| Total das obrigações tributárias (b) | - | 335.415 | (232.256) | 103.159 |

| Total dos tributos diferidos - passivo não circulante = (b) - (a) | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|--|-------------------------|--------------|----------------|---------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisões Judiciais - cíveis | 7.510 | - | (2.885) | 4.625 |
| Provisões Judiciais - fiscais | 3.295 | 592 | - | 3.887 |
| Provisões Judiciais - trabalhistas | 1.075 | - | (340) | 735 |
| Provisões para Risco de Crédito | 1.033 | 1.953 | - | 2.986 |
| Outros | 17.492 | - | (4.007) | 13.485 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 30.405 | 2.545 | (7.232) | 25.718 |
| Ajuste a valor justo - VJR | 2.354 | 4.474 | - | 6.828 |
| Total dos créditos tributários (a) | 32.759 | 7.019 | (7.232) | 32.546 |

| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|---|-------------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | - | 335.415 | - | 335.415 |
| Ajuste de títulos e valores mobiliários - VJORA | - | - | (232.256) | (232.256) |
| Total das obrigações tributárias (b) | - | 335.415 | (232.256) | 103.159 |

| Total dos tributos diferidos - passivo não circulante = (b) - (a) | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|--|-------------------------|--------------|----------------|---------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisões Judiciais - cíveis | 7.510 | - | (2.885) | 4.625 |
| Provisões Judiciais - fiscais | 3.295 | 592 | - | 3.887 |
| Provisões Judiciais - trabalhistas | 1.075 | - | (340) | 735 |
| Provisões para Risco de Crédito | 1.033 | 1.953 | - | 2.986 |
| Outros | 17.492 | - | (4.007) | 13.485 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 30.405 | 2.545 | (7.232) | 25.718 |
| Ajuste a valor justo - VJR | 2.354 | 4.474 | - | 6.828 |
| Total dos créditos tributários (a) | 32.759 | 7.019 | (7.232) | 32.546 |

| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|---|-------------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | - | 335.415 | - | 335.415 |
| Ajuste de títulos e valores mobiliários - VJORA | - | - | (232.256) | (232.256) |
| Total das obrigações tributárias (b) | - | 335.415 | (232.256) | 103.159 |

| Total dos tributos diferidos - passivo não circulante = (b) - (a) | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|--|-------------------------|--------------|----------------|---------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisões Judiciais - cíveis | 7.510 | - | (2.885) | 4.625 |
| Provisões Judiciais - fiscais | 3.295 | 592 | - | 3.887 |
| Provisões Judiciais - trabalhistas | 1.075 | - | (340) | 735 |
| Provisões para Risco de Crédito | 1.033 | 1.953 | - | 2.986 |
| Outros | 17.492 | - | (4.007) | 13.485 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 30.405 | 2.545 | (7.232) | 25.718 |
| Ajuste a valor justo - VJR | 2.354 | 4.474 | - | 6.828 |
| Total dos créditos tributários (a) | 32.759 | 7.019 | (7.232) | 32.546 |

| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|---|-------------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | - | 335.415 | - | 335.415 |
| Ajuste de títulos e valores mobiliários - VJORA | - | - | (232.256) | (232.256) |
| Total das obrigações tributárias (b) | - | 335.415 | (232.256) | 103.159 |

| Total dos tributos diferidos - passivo não circulante = (b) - (a) | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|--|-------------------------|--------------|----------------|---------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisões Judiciais - cíveis | 7.510 | - | (2.885) | 4.625 |
| Provisões Judiciais - fiscais | 3.295 | 592 | - | 3.887 |
| Provisões Judiciais - trabalhistas | 1.075 | - | (340) | 735 |
| Provisões para Risco de Crédito | 1.033 | 1.953 | - | 2.986 |
| Outros | 17.492 | - | (4.007) | 13.485 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 30.405 | 2.545 | (7.232) | 25.718 |
| Ajuste a valor justo - VJR | 2.354 | 4.474 | - | 6.828 |
| Total dos créditos tributários (a) | 32.759 | 7.019 | (7.232) | 32.546 |

| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|---|-------------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | - | 335.415 | - | 335.415 |
| Ajuste de títulos e valores mobiliários - VJORA | - | - | (232.256) | (232.256) |
| Total das obrigações tributárias (b) | - | 335.415 | (232.256) | 103.159 |

| Total dos tributos diferidos - passivo não circulante = (b) - (a) | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|--|-------------------------|--------------|----------------|---------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisões Judiciais - cíveis | 7.510 | - | (2.885) | 4.625 |
| Provisões Judiciais - fiscais | 3.295 | 592 | - | 3.887 |
| Provisões Judiciais - trabalhistas | 1.075 | - | (340) | 735 |
| Provisões para Risco de Crédito | 1.033 | 1.953 | - | 2.986 |
| Outros | 17.492 | - | (4.007) | 13.485 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 30.405 | 2.545 | (7.232) | 25.718 |
| Ajuste a valor justo - VJR | 2.354 | 4.474 | - | 6.828 |
| Total dos créditos tributários (a) | 32.759 | 7.019 | (7.232) | 32.546 |

| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|---|-------------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | - | 335.415 | - | 335.415 |
| Ajuste de títulos e valores mobiliários - VJORA | - | - | (232.256) | (232.256) |
| Total das obrigações tributárias (b) | - | 335.415 | (232.256) | 103.159 |

| Total dos tributos diferidos - passivo não circulante = (b) - (a) | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|--|-------------------------|--------------|----------------|---------------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisões Judiciais - cíveis | 7.510 | - | (2.885) | 4.625 |
| Provisões Judiciais - fiscais | 3.295 | 592 | - | 3.887 |
| Provisões Judiciais - trabalhistas | 1.075 | - | (340) | 735 |
| Provisões para Risco de Crédito | 1.033 | 1.953 | - | 2.986 |
| Outros | 17.492 | - | (4.007) | 13.485 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 30.405 | 2.545 | (7.232) | 25.718 |
| Ajuste a valor justo - VJR | 2.354 | 4.474 | - | 6.828 |
| Total dos créditos tributários (a) | 32.759 | 7.019 | (7.232) | 32.546 |

| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|--|-------------------------|--------------|------------|---------|
| | Saldos em 1º de janeiro | Constituição | Reversão | de 2024 |
| Provisão Complementar de Cobertura - PCC | - | 335.415 | | |



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada

e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes

transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6
Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0



PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **Brasilprev Seguros e Previdência S.A.** São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência

a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

Joel Garcia - Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIBA 48 - CNPJ: 02.668.801/0002-36
Rua Verbo Divino, 1400 - 04719-911 - São Paulo - SP - Brasil

Anexo I

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
(Em milhares de Reais)

| | |
|--|--------------------|
| 1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores | 31/12/2025 |
| Total de provisões técnicas auditadas | 466.498.314 |
| Total de ativos de resseguro | 806 |
| Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros | 845 |
| 2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas | 31/12/2025 |
| Provisões Técnicas auditadas (a) | 466.498.314 |
| Valores redutores auditados (b) | 448.762.278 |
| Total a ser coberto (a-b) | 17.736.036 |
| 3. Demonstrativo do Capital Mínimo | 31/12/2025 |
| Capital Base (a) | 15.000 |
| Capital de Risco (CR) (b) | 2.838.834 |
| Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b) | 2.838.834 |
| 4. Demonstrativo da Solvência | 31/12/2025 |
| Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a) | 4.889.827 |
| Ajustes Econômicos do PLA | 1.234.700 |
| Exigência de Capital (CMR) (b) | 2.838.834 |
| Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b) | 2.050.993 |
| Ativos Garantidores (d) | 22.320.936 |
| Total a ser Coberto (e) | 17.736.036 |
| Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e) | 4.584.900 |
| 5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP) | 31/12/2025 |
| Coberturas de morte e invalidez de previdência | 1.000 |
| 1329 - Funeral | 8 |
| 1381 - Acidentes Pessoais | 500 |
| 1384 - Doenças Graves ou Doença Terminal | 500 |
| 1390 - Eventos Aleatórios | 292 |
| 1391 - Vida | 1.000 |

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO DE 2025

Introdução

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é um órgão estatutário de assessoramento e suporte funcional ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de avaliar e manifestar-se sobre a qualidade e integridade das demonstrações financeiras e a efetividade do sistema de controles internos; a atuação dos auditores independentes e da Auditoria Interna; o entendimento das exposições de risco; e a adequação das transações com partes relacionadas, de acordo com seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

É constituído por 3 (três) membros, com mandato de 30 (trinta) meses, eleitos e com possibilidade de renovação a critério do Conselho de Administração, por igual período, até o limite de 5 (cinco) anos. Os administradores são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, por gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes LTDA. é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Principais atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, gestores de riscos e controles e aos auditores internos e independente. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê. Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados às demonstrações financeiras, ao sistema de controles internos, processos contábeis, tributários, ações judiciais em curso, transações com partes relacionadas, ambiente regulatório e de gestão de riscos, cabendo ao Comitê de Riscos avaliar periodicamente a efetividade da estrutura de gestão de riscos, conforme estabelecido na legislação aplicável. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com os auditores internos e independentes e avaliou os resultados dos trabalhos realizados, suas conclusões e acompanhamento da implementação das recomendações.

Revisou as demonstrações financeiras, previamente a sua divulgação, assim como as notas explicativas e o relatório da administração e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos, incluindo o relatório de auditoria sem ressalvas emitido sobre as demonstrações financeiras.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

a) os controles internos da Companhia são adequados ao porte e à complexidade dos negócios e objeto de permanente atenção por parte da administração;

b) a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, confidencialidade, zelo objetividade e qualidade e com base nas normas definidas na Estrutura Internacional de Práticas Profissionais, conforme certificação concedida pelo The Institute of Internal Auditors – The IIA por meio da "Avaliação da Qualidade da Atividade da Auditoria Interna – QA" realizada em 2023, a qual é mantida desde 2018;

c) a qualidade dos trabalhos e das informações fornecidas pelo auditor independente são consideradas satisfatórias. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência do auditor independente;

d) os processos de gestão de riscos continuam evoluindo; e

e) as transações com partes relacionadas da Companhia são submetidas e aprovadas pelos órgãos de governança competentes.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração que autorize a emissão das demonstrações financeiras da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

Iram Alves de Souza

Coordenador

Carlos Eduardo Munhoz
Membro

Artemio Bertholini
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., reunidos nesta data, depois de examinarem as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício de 2025, complementadas pelo Parecer sem ressalvas dos Auditores Externos KPMG Auditores Independentes Ltda. e KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., bem como aprovado pela Administração da Companhia (Diretoria, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração), manifestaram que, os referidos documentos, estão em condições de serem encaminhados para deliberação da Assembleia Geral Ordinária. São Paulo (SP), 04 de fevereiro de 2026.

Daniel Piacentini Paes de Almeida - Presidente

Marcio Mello Silva Baptista

Alberto Ronchi Neto

Barbara Favero dos Santos Bosi

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Tarciana Paula Gomes Medeiros - Presidente do Conselho
Amy Christine Friedrich
Delano Valentim de Andrade
Jorge Rodrigo Araújo Messias
José Ricardo Sasseron
Kamal Bhatia
Luís Eduardo Valdés Illanes
Pablo Enrique Sprenger Rochette

DIRETORIA

Ângela Beatriz de Assis - Diretora-Presidente
Camillo Buzzi
Daniel de Oliveira Beneton
Fernanda Faulstich e Silva
Luís Felipe Osorio Cepeda
Roger Joaquin Rendon Garza
Ronaldo Simon Ferreira

COMITÊ DE RISCOS ESTATUTÁRIO

Paulo Guilherme Vita - Coordenador
João Vinícius de França Carvalho
Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira

CONTADORA
Rosângela Gouveia da Rocha
CRC 1SP197892/O-7

ATUÁRIO
Geraldo de Mello Junior
MIBA nº 1201

